

Ficha de Unidade Curricular

Ciclo de Estudos Doutoramento Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

1. Especialidade

Ciências Histórico-Jurídicas

2. Docente responsável (preencher o nome completo)

Professora Doutora Isabel Graes

3. Nome da Unidade Curricular

História da Justiça (2h/semana)

4. Tema / matéria a lecionar

História da Justiça em Portugal (do modelo medieval à actual problemática da realidade judiciária)

5. Objectivos de aprendizagem (conhe<mark>ci</mark>mento<mark>s,</mark> apti<mark>dões e</mark> com<mark>pe</mark>tência<mark>s</mark> a desenvolver) e avaliação

Com esta unidade curricular pretende-se estudar numa perspectiva histórica as diversas temáticas judiciais, compreender a sua evolução, o modelo desenvolvido e implementado no território continental e nas províncias ultramarinas, sendo sempre que possível estabelecida uma análise de direito comparado. É ainda dado ao período actual uma especial atenção às fragilidades sentidas e à realidade comummente designada por "crise da justiça".

Os diferentes aspectos do programa ministrado serão ilustrados e acompanhados com a análise da legislação vigente, assim como da abordagem de textos doutrinários e decisões judiciais, sendo incentivado o debate.

Ao longo do curso serão ainda convidadas individualidades de destaque do universo judiciário permitindo ao aluno um conhecimento mais detalhado das temáticas em apreço.

Como apoio à leccionação/exposição dos seminários encontra-se disponível o acesso à plataforma moodle [elearning da disciplina em questão- História da Justiça] onde os alunos podem encontrar, sempre que possível, textos digitalizados ou em acesso livre que se relacionem com a matéria abordada, de modo a aprofundar os conteúdos ministrados e a poderem ser utilizados como instrumentos na investigação necessária à elaboração dos relatórios finais.

Existindo dúvidas, os alunos podem expô-las também com recurso à plataforma zoom, sendo agendadas as sessões que forem necessárias dispondo aí de um contacto "directo" com a docente responsável pela disciplina.

A avaliação pauta-se segundo o disposto no Regulamento de Avaliação da FDL, correspondendo à elaboração de um Relatório escrito que será exposto oralmente numa das aulas, seguido do respectivo debate pelos alunos.



6. Conteúdos programáticos

- I. Período medieval e moderno:
- a. O poder judicial enquanto manifestação do poder régio. A justiça como virtude.
- b. As instituições judiciárias, a sua especialização e profissionalização. A obediência à lei.
- c. Os recursos. A fundamentação das sentenças.
- d. Direito e justiça: a clemência régia;
- e. O bom juiz;
- f. O arbítrio judicial;
- g. "Julgar contra o Direito";
- h. Os ofícios da justiça;
- i. As inspecções e correições
- II. Período Contemporâneo:
 - a. Liberalismo, separação de poderes e poder judiciário. Origem e independência do poder judicial;
 - b. A construção do mapa judiciário. A justiça comum, especial e excepcional (os tribunais políticos);
 - c. Os tribunais superiores;
 - d. Instrumentos da justiça (a uniformização da jurisprudência a ditadura da lei e o poder de julgar);
 - e. O tempo e o lugar da justiça. O activismo. A constante ameaça dos media.
 - f. A Justiça Constitucional;
 - g. Os actores judiciários;
 - h. Os Conselhos Disciplinares;
 - i. A politização da Justiça e a judicialização da política;
- j. Entre a actual crise judiciária e o sonho de uma justiça global;
- k. Algumas fragilidades da justiça do século XXI.

7. Bibliografia principal

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, A reforma da Justiça criminal em Portugal e na Europa, Almedina, Coimbra, 2003:

BIGOTTE CHORÃO, Luis, *A I República entre a legalidade a excepção a propósito do "Poder Judicial*, in Seminário Internacional o Perfil do Juiz na Tradição Ocidental, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 203-222;

O periodismo jurídico português do século XIX, páginas de História da Cultura Nacional Oitocentista, INCM, Lisboa, 2002;

Juristas do franquismo, in Julgar, nº 5 (Maio-Agosto 2008), Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Coimbra Editora, Coimbra, pp. 157-179;

Política e Justiça na I República, Letra Livre, Lisboa, 2010;

Adelino da Palma Carlos, in Figuras do Judiciário (séculos XIX-XX), Almedina,

Coimbra, 2014, pp. 95-109;

CAPELLETTI, Mauro, Le pouvoir des juges: articles choisis de droit judiciaire et constitutionnel comparé, Paris, Economica, 1990;



La responsabilidad de los jueces, La Plata, J. U. S. Fundación para la Investigación de las Ciencias Jurídicas, 1988;

Giudici irresponsabili?, Giuffrè, Milano, 1988 e Giudici legislatori?, Giuffrè,

Milano, 1984;

CARBASSE, Jean-Marie, Histoire du Parquet, Droit et justice, PUF, Paris, 2000;

La justice pénale pendant la révolution française; quelques réflexiosn sur les droits de l'homme, in Estudios en Homenaje al Profesor Jesus Lalinde Abadia, Barcelona, 1992, pp. 133-155;
Histoire du droit penal et de la justice criminelle, Paris, PUF, 2000;

CHARLES, Raymond, La justice en France, Que sais-je, PUF, Paris, 1964;

DUVE, Thomas *New Horizons in Spanish Colonial Law, contributions to transnational early modern legal history,* Global Perspectives on Legal History, 3, Max Planck Institute for European Legal History, Berlin, 2015, disponível em http://www.rg.mpg.de/gplh_volume_3.pdf;

FARCY, Jean Claude, L'histoire de la justice française de la Révolution à nos jours, PUF, Paris, 2001;

FONTAINE, Philippe, *La justice*, Ellipses, Paris, 2005;

GLASSON, Ernst, Histoire du droit et des institutions politiques, civiles et judiciaires de l'Angleterre: comparés au droit et aux institutions de la France, Paris, A. Durand Et Pedone-Lauriel, 1882-1883; Vol. 6;

GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça* (1832-1932), memória crítica no primeiro centenário da sua fundação, 1ª edição, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932, reeditado em 2002

GRAES, Isabel, O poder e a justiça em Portugal no século XIX, AAFDL, Lisboa, 2014;

O Direito Administrativo da Magistratura Judiciária, in Tratado de Direito Administrativo, Almedina, Coimbra, 2017, vol. VII, pp. 135-268;

História da Justiça, colectânea de textos históricos, AAFDL, Lisboa, 2018;

História da Justiça, colectânea de sentenças (séculos XII_XX), AAFDL, Lisboa, 2019;

História da Justiça (Breves considerações acerca do seu objecto e método), in Anuário de História do Direito Português/Legal History Yearbook I, IURIS, Centro de Investigação Interdisciplinar, AAFDL Editora, Lisboa, 2020, 1, pp. 65-76;

Temas de História da Justiça, AAFDL, Lisboa, 2021;

GRAES, Isabel, MORALES PAYÁN, Miguel, España y Portugal¿ Caminos paralelos en busca de la independencia judicial?, LLR, LVIII, 2017/2, pp. 119-164;

HALPERIN, Jean-Louis, Le Tribunal de Cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799), Paris, L.G.D.J., 1987;



Les décrets d'annulation des jugements sous la Convention, la Révolution et l'ordre juridique privé, rationalité ou scandale?, Actes du Colloque d'Orléans, 11-13 septembre, 1986, CNRS-Université d'Orléans, Paris, PUF, 1988, t. II, pp. 457-468;

Haro sur les hommes de loi, in Droits, revue française de théorie juridique, 1993, n.º 17, pp. 55-65;

Avocats et notaires en Europe ; les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporain, Paris, LGDJ, 1996;

Forfaiture des juges et privation de l'office à la fin de l'ancien règime, 2000 e Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours, Paris, Flammarion, 2004;

HESPANHA, António Manuel, *Terão os juizes voltado ao centro do direito*, in Scientia Iuridica, 2013, vol. 62, n.º 332, pp. 225-254;

Les magistratures populaires dans l'organisation judiciaire d'ancien régime au Portugal, Sep. de: Diritto e potere nella storia europea, atti del quarto Congresso internazionale della Società Italiana del Diritto, in onore di Bruno Paradisi, Leo S. Olschki, Firenze, 1982;

Poder e Instituições n<mark>o Antigo Regime, c</mark>olect<mark>ân</mark>ea de textos Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984;

As vésperas do leviathan. Instituições e poder político. Portugal- século XVII, Coimbra, Almedina, 1994;

Justiça e litigiosidade: história e perspectivas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993 HILAIRE, Jean, *Histoire des institutions judiciaires*, Paris, Les Cours de droit, 1990-1991, 2 vols.;

HOMEM, António Pedro Barbas, *Iudex Perfectus*. Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820, Almedina, Coimbra, 2003;

O espírito das instituições: um estudo de história do Estado, Almedina, Coimbra, 2006

JUGNOT, Gérard, Histoire de la justice française, Paris, Litec, Les Cours de droit, 1998.

JOUSSERANDOT, Louis, Du pouvoir judiciaire et de son organization en France, Paris, 1878;

KRYNEN, Jacques, L'éléction des juges. Étude historique française et contemporaine, Paris, PUF, 1999;

LEFEBVRE, René, La justice, Ellipses, Paris, 2000;

NOGUEIRA, José Artur Duarte, *A arbitragem na História do Direito Português*, Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, Nova Série, nº 20 (Nov. 1996), pp. 9-35;

PINTO OSÓRIO, No campo da justiça, Martins e Irmão, Imprensa Comercial, Porto, 1914;



RODRIGUES, Cunha, *Modelos de governo do poder judicial – alternativas*, in Lugares do Direito, Coimbra, 1999; ROGHETTINI, Stella *La politicizazione di un potere neutrale*, in Rivista Italiana di Scienza Politica, 2/1995, pp. 227 e ss.;

RODRIGUES, Maria de Lurdes, [et al.], 40 anos de políticas de Justiça em Portugal,. Almedina, Coimbra, 2017

ROUSSELET, Marcel, Histoire de la justice, PUF, Paris, 1948;

RASSAT, Michèle-Laure, La justice en France, 7e ed., Paris, 2004;

ROUSSELET, Marcel e AUBOUIN, Jean-Michel, Histoire de la justice, 5ème ed., Paris, Puf, 2008;

JEAN-PIERRE ROYER, *Témoignages et monitoires: de l'affaire du chevalier de la Barre à l'oralité des débats au XIXe siècle,* in Histoire de la justice, 2014/1 (n.º 24), pp. 103-114;

François rabelais ou les lenteurs nécessaires de la justice, in Histoire de la justice, 2013/1 (n.° 24), pp.53-64; « Du simple à l'économe : les évolutions de la carte judiciaire à l'époque révolutionnaire », Histoire de la justice 2011/1 (N° 21), p. 101-106;

« Au-delà de <mark>l</mark>a chronique <mark>judiciaire</mark>, la presse penda<mark>nt</mark> la Révolution (de 1789 à l'an II)», Histoire de la justice 2010/1 (N° 20), p. 57-67 ;

SANTOS, Boaventura Sousa, et al., Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português, Edições Afrontamento, Porto, 1996

TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, CEDAM, Padova; 1975 e *Il modelo burocrático di amministrazione della giustizia*, in Democrazia e Diritto, ano 33, n.º 3, 1993, pp. 249-265

TIMSIT, Gérard, Gouverner ou juger, blasons de la légalité, PUF, Paris, 1995.

Para cada um dos capítulos será indicada bibliografia específica, assim como a legislação correspondente.